

Plano de Trabalho Simplificado
IBICT – FUNDEP

PLATAFORMA MULTIDISCIPLINAR DE ESCUTA SOCIAL DIGITAL,
COMBATE À DESINFORMAÇÃO E PROMOÇÃO AOS DIREITOS
DIFUSOS (PMESDI)

Sobre este documento

Este documento foi produzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Diretor

Tiago Emmanuel Nunes braga

Coordenadora Geral de Informação Tecnológica e Informação para

Sociedade - CGIT

Cecília Leite Oliveira

Coordenadora Geral de Informação Científica e Técnica – CGIC

Whashington Segundo

Coordenador Geral de Tecnologias da Informação e Informática – CGTI

Hugo Valadares Siqueira

Coordenador do Projeto

Tiago Emmanuel Nunes braga

Contato

(61) 3217.6309

tiagobraga@ibict.br

1. Apresentação

Concebida sob a legitimidade construída por uma maioria organizada, a democracia é capaz de se atualizar e se adaptar às necessidades das sociedades, com a rapidez proveniente das informações vindas desse espaço tão amplo que são as redes sociais. Nesse sentido, a democracia se desdobra em diversos conceitos, como a democracia deliberativa, em que o processo democrático seria fundamentado por uma extensa deliberação em fóruns amplos de negociação e debate, procurando, por meio de um processo de comunicação, compor a vontade dos cidadãos.

Outra concepção seria a democracia participativa, na qual os cidadãos devem ser incluídos na elaboração dos planos, políticas e na tomada de decisões, tendo acesso às informações sobre as temáticas, para só assim, adotar alguma resolução (Faria, 2000; Miguel, 2017).

Habermas (1997) descreve a democracia deliberativa sendo orientada pela institucionalização dos procedimentos e das possibilidades de comunicação, bem como a integração dos processos deliberativos em conjunto com a opinião pública. Como a democracia seria baseada na capacidade de comunicação dos processos políticos, com tomada de decisões racionais a partir de um consenso deliberativo da opinião pública, a “se conjugar as considerações pragmáticas, compromissos, discursos de autocompreensão e de justiça, fundamenta o pressuposto de que os resultados racionais e justos serão obtidos por meio de um fluxo de informação relevante cujo emprego não deve ser obstruído” (Habermas, 1997, v. II, p.19). Essa deliberação é a maneira de monitorar o poder político, bem como contribuir para a construção de políticas públicas.

Por outro lado, a democracia participativa entende que a participação é uma forma de aperfeiçoar as instituições representativas. Pateman (1992) enxerga que a participação direta nas instituições da vida cotidiana dos cidadãos reflete diretamente no estímulo para a atuação na vida pública, já que teriam maior controle sobre as próprias vidas e compreenderiam melhor sobre a política e a sociedade, o que refletiria em uma maior interlocução e fiscalização sobre os representantes escolhidos.

Além disso, apenas democracias estáveis conseguem manter a participação realmente ativa, uma vez que para continuidade de um maior grau de envolvimento, os cidadãos precisam desenvolver um sentido de competência e eficiência, que realmente são fundamentais para as tomadas de decisão. (Miguel, 2017; Pateman, 1992)

Outro ponto levantado por Habermas (1997) é a noção de esfera pública, uma terceira instituição moderna, que não faria parte nem do Estado nem do mercado. Dessa forma, os indivíduos não seguiriam a racionalidade, porquanto, essa seria algo inerente a ele, mas pela existência de subjetividades, como as informações que lhe estão disponíveis. A ampla discussão seria criada a partir de argumentos sustentados em meio ao debate público, em separação dos interesses privados, em uma racionalidade comunicativa. A esfera pública, assim, seria uma mediação entre o Estado e os interesses privados (Perlatto, 2012).

Assim, os indivíduos que são parte da democracia contam com a possibilidade de criar normas e regras de ação, demandando aos poderes que cumpram com o que é

necessário para a formação de um Estado de Direito. Dessa forma, a democracia se adapta às necessidades e transformações da temporalidade, respeitando e atuando nos conflitos sociais e nas ideias construídas dentro da esfera pública.

Contudo, é importante destacar que, no Brasil, a esfera pública se construiu, em um primeiro momento, sobre raízes de uma sociedade excludente, em que a maior parte da população não fazia parte das discussões do espaço público e de deliberação. Contudo, no contexto da democracia representativa, camadas populares prosseguiram na busca pela inserção expressiva no debate público, como pontos de resistência, disputando as agendas e as temáticas (Chauí, 2017; Miguel, 2005; Perlatto, 2012).

A comunicação, principalmente os meios de comunicação em massa, não são neutros. Os jornais, o rádio, a televisão, o cinema, a literatura, assim como as redes sociais, precisam de um sistema cultural e da análise humana para que as mensagens que são transmitidas sejam formuladas. Incorporado aos pilares democráticos. A comunicação tem uma função fundamental, dado que as próprias palavras, a construção e a divulgação de informações são meios da disputa política e formas de defesa de interesses, além disso, facilita o alcance aos agentes políticos e aos seus projetos e discursos. (Miguel, 2005, 2019).

Na sociedade contemporânea, o homem é cercado por mídias, as quais informam e compõem as questões de interesse público. Além disso, a possibilidade de controle de narrativas e de formulação de agendas se modifica com a grande variedade de meios de comunicação, com a inclusão de diversas expressões culturais e valores múltiplos como acontece, atualmente, com as redes sociais (Castells, 2005).

O ambiente digital abrange diferentes linguagens, além de acolher e promover movimentos intelectuais, econômicos, sociais, políticos, artísticos e de lazer. Formada por numerosos integrantes, é um espaço complexo para os sistemas comunicativos, pois, com o crescimento da importância social das chamadas redes sociais, se criam novas dinâmicas ao estudo do ciberespaço.

Os símbolos gerados por meio de interações podem ser capazes de transformar seu significado em algo comum a todos os participantes, dessa forma, o comportamento dos indivíduos que interagem é constantemente alterado. Relações causais se transformam em interpessoais, em uma medida comunicativa. (Habermas, 1997, v. II).

As redes de informação e comunicação presentes no ambiente são formadas por dados de interação entre seus atores, sejam indivíduos ou grupos e organizações. Com os recursos constantes de texto que disponibilizam de forma contínua nas redes, um novo registro de debates de interesse público é viabilizado, com as preferências, as ideias, as observações, os pensamentos, os hábitos e as experiências compartilhadas que conectam milhares de pessoas.

O espaço digital e as interações por ele promovidas expressam complexidades que se refletem. Podem, assim, ser mapeadas e estudadas em grande escala por pesquisadores e os dados transformados em material para compreender o que os atores repercutem nas redes (Chauí, 2017), (Recuero, 2014).

A internet é uma arena em que diferentes atores e atrizes disputam o sentido de pautas,

inclusive as de interesse coletivo. Por meio dela, opiniões são formadas, debates são pautados, mobilizações virtuais e/ou físicas são organizadas. Portanto, a internet pode ser considerada um ponto de mudança crítica para a democracia, tanto por possibilitar uma maior produção e disseminação de livre informação, quanto por uma afirmação do direito democrático à participação. Contudo, é importante perceber como a internet é capaz de criar bolhas políticas e potencializar polarizações. Além disso, muda a dinâmica do engajamento político, por ser um novo meio de interação e conversas, as quais podem ser feitas de forma anônima e com tempo de resposta diferentes. (Chauí, 2017; Recuero; Soares; Gruzd, 2020).

Apesar da rapidez na disseminação e do volume de material gerado nas redes, nem todo conteúdo ali depositado é confiável, ou tem a intenção de auxiliar nos debates que se propõem. Não se deve desconsiderar a massa de dados e conteúdos existentes nos ambientes digitais sem fundamentações coesas e verídicas, mas com potencial para ser utilizado para gerar desinformação.

Como a internet é ágil e dinâmica, criar e repercutir conteúdo pode ser uma estratégia de agendamento de temáticas, disseminando informações verdadeiras ou falsas. Capaz de inflamar ou desacreditar tópicos de interesse, chamando a atenção para questões que poderiam passar despercebidas ou não ter tanta repercussão fora de pequenos grupos. Cabe observar como as pessoas constantemente filtram os conteúdos aos quais consomem e compartilham, intensificando e confirmando ideais políticos. (Recuero; Soares; Gruzd, 2020).

O acesso aos dispositivos de rede oferece uma dinâmica de larga escala para a organização de informações. Com a possibilidade de uma abrangência ampla, as redes têm sido um ambiente de disputas de perspectivas políticas com a utilização de técnicas de identificação do que pode ser compartilhado mais vezes, gerando maior engajamento em pautas determinadas.

A reprodução em massa de notícias falsas, cortes de vídeos retirados de contexto para viralização, movimentos para descredibilizar a mídia tradicional, têm um efeito negativo em todo o mundo, impondo a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a indústria da desinformação (Dos Santos et al, 2018; Recuero; Soares; Gruzd, 2020; Recuero; Soares, 2021).

Ao fazer uso proposital de informações falsas, como as fake news, aqueles que espalham a desinformação, a utilizam como estratégia para atingir alguém ou promover algum tema. Uma vez que a estabilidade e qualidade da democracia constantemente é ligada à qualidade dos debates públicos, a exposição a informações falsas ou a um conjunto restrito de materiais se relaciona diretamente com as crises democráticas. (Dos Santos et al, 2018; Recuero; Soares; Gruzd, 2020; Recuero; Soares, 2021).

Portanto, conhecer as informações contidas nos dados dessas redes permitirá que se combata a desinformação, além de direcionar futuras decisões a partir de informações de qualidade, baseadas em fatos. Com a pesquisa, monitoração e análise de dados, é possível compreender as impressões dos atores sociais sobre assuntos de interesse público; como novas preocupações surgem e se reproduzem dentro do ciberespaço; e quais são as informações a que esses têm acesso. Além disso, com o diagnóstico dos

dados, se garantirá a fundamentação do que é repercutido nas redes e como essas discussões impactam na esfera pública. Dessa forma, serão criados recursos para o suporte de políticas públicas relacionadas aos direitos difusos.

2. Objeto

Mapeamento, coleta, análise e avaliação de informações que envolvem o uso de expedientes de desinformação, “disputa digital” e manipulação do debate realizado na esfera pública, visando a avaliar o impacto desses processos na agenda política do país, com repercussões à garantia de direitos de amplos setores da sociedade brasileira.

3. Objetivo Geral

Desenvolver e aplicar metodologia científica para coleta e análise de dados a partir dos preceitos da Open Source Intelligence (OSINT) a fim de propor, testar e aferir as hipóteses da percepção da sociedade sobre as políticas públicas de direitos difusos que as impactam, englobando as estruturas de ataques, meios de impedimento ao acesso efetivo a estes direitos, buscando oferecer ferramentas para atuação do Poder Executivo Federal e outros agentes públicos.

4. Objetivos Específicos

- (i) Elaborar métricas para avaliar a transparência e a excelência no acesso aos dados obtidos por meio de plataformas digitais, abrangendo informações geradas pelos utilizadores e dados referentes à publicidade digital.
- (ii) Avaliar, a partir de evidências científicas, o ecossistema de desinformação, buscando compreender o processo de compartilhamento de informações falsas, assim como os prejuízos acarretados aos direitos difusos.
- (iii) Criar repositório da desinformação contra os direitos difusos.
- (iv) Construir uma plataforma computacional de armazenamento e processamento de dados não estruturados.
- (v) Promover ambientes de diálogo permanentes em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
- (vi) Fomentar a constituição de canais diretos de comunicação interministerial e entre diversos agentes do poder público das três esferas de poder e de diferentes entes da Federação.
- (vii) Realizar estudos amplos sobre as percepções do público nas plataformas digitais, com foco em grupos vulneráveis, para fundamentar e fortalecer políticas públicas.
- (viii) Melhorar a capacidade da gestão e pública e da academia em compreender as percepções da população brasileira acerca dos direitos difusos, com especial atenção às necessidades de grupos vulneráveis.
- (ix) Criar um manual de melhores práticas, a partir das conclusões identificadas.
- (x) Disseminar os avanços obtidos durante a execução da pesquisa.

5. Justificativa

Nas últimas décadas, a humanidade vivenciou saltos tecnológicos significativos. No campo da comunicação, esses saltos contribuíram para estreitar a noção de distância, alterar as percepções de tempo, mobilizar a sociedade, reorganizar a produção, mudar regimes políticos, precipitar acontecimentos históricos. O advento da internet e, mais tarde, das redes sociais digitais acelerou ainda mais esses processos.

No que se refere à sociedade brasileira em particular, as redes sociais exerceram papel fundamental na profundidade, no caráter e no sentido de acontecimentos relevantes da última década. Das mobilizações por reivindicação de direitos, ao questionamento do sistema político, passando pela polarização da social, até a ação de agentes públicos e a atuação das instituições da República, as redes sociais estiveram no centro do debate. São ainda exemplos de ações cuja gênese ou massificação se deram a partir das redes sociais os ataques empreendidos contra a imprensa tradicional, contra instituições de produção científica e o conhecimento ali produzido, assim como contra medidas de combate à epidemia de COVID-19. No caso destas duas últimas, tais ações contribuíram para elevar a hesitação vacinal, sabotar as medidas de distanciamento social e, na interseção entre ambas, prejudicar o enfrentamento à pandemia, elevando o número de mortos.

O desenvolvimento dessas tecnologias ensejou, portanto, o surgimento de um desafio: o advento de uma verdadeira indústria de produção e difusão de informações falsas. Com o intuito de pautar o debate público, interferir na agenda política e condicionar a tomada de decisão de representantes de instituições públicas, as ações de desinformação têm levado à propagação de discursos de ódio, à restrição à garantia de direitos e, no limite, à própria erosão do ambiente democrático.

A percepção de que a tão discutida Sociedade da Informação “traria voz” ao conjunto da sociedade e permitiria ampliar os espaços de participação social foi colocada em xeque não só pelo avanço da desinformação no ambiente digital, mas também pelo controle do fluxo informacional por grupos econômicos que dirigem grandes empresas de tecnologia, o que eleva o patamar de desafios postos à sociedade e ao poder público. Criar conhecimento científico que permita entender o *modus operandi*, a estrutura e o financiamento de ações de desinformação é algo de suma importância para a garantia do Estado democrático e de direito. A incompreensão das questões que emergem dos ambientes digitais compromete a capacidade do poder público de garantir os direitos difusos aos sujeitos desses direitos e ao conjunto da população.

Dessa forma, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) por meio do projeto, almeja através da Escuta Social Digital, levantar dados, sistematizar informações, produzir relatórios e ampliar a compreensão acerca da indústria da desinformação, de forma a contribuir para o aprimoramento e para o aprofundamento do regime democrático brasileiro.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) tem desenvolvido projetos de pesquisa com potencial para apoiar a tomada de decisão e a construção de políticas públicas de Estado exemplificados por projetos desenvolvidos pela instituição como o Sistema Aberto de Observatórios para Visualização de Informações (VISÃO), reconhecido com o Selo de Modernização Bronze pelo Fórum Nacional de Modernização do Estado em 2022.

Além do VISÃO, o Instituto já estruturou Observatórios informacionais temáticos, plataformas colaborativas e soluções de visualização de dados oriundos de redes sociais, que exemplificam e demonstram o mapeamento de interações e conexões estabelecidas entre usuários que estabeleceram algum tipo de interação sobre um mesmo assunto.

A ideia de estruturação de redes vinculadas ao tratamento e recuperação da informação científica e tecnológica brasileira, deu origem a elaboração do Ecossistema de Informação da Pesquisa Científica Brasileira (BrCris), é uma plataforma agregadora que permite recuperar, certificar e visualizar dados e informações relativas aos diversos atores que atuam na pesquisa científica do contexto brasileiro. Assim, a partir de uma interface unificada, o BrCris permite a identificação de redes de colaboração e painéis de indicadores em ciência, tecnologia e inovação.

Outro aspecto relevante da atuação do Instituto que corrobora com o contexto do projeto de pesquisa aqui idealizado sobre a proposta de uma Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital voltada ao combate à desinformação é o conceito de Ciência Cidadã, entendida como uma das vertentes do movimento pela Ciência Aberta, que preconiza a promoção e a contribuição e o engajamento de não cientistas nas atividades de produção e análise de conhecimentos, dados e informações.

As frentes de atuação exemplificadas anteriormente caracterizam-se como possíveis caminhos da contribuição do Ibict para o desenvolvimento da pesquisa delineada pelo presente projeto, tendo em vista as contribuições que podem ser agregadas ao combate à desinformação a partir dos conceitos da Ciência da Informação, da Tecnologia da Informação e das Ciências Sociais aplicadas. Nesse sentido, o apoio financeiro do Fundo de Direitos Difusos (FDD) tem grande importância para viabilização e ampliação de projetos com potencialidade de produção de resultados positivos para sociedade. Esse projeto, em particular, poderá promover a união da Escuta Social e da Ciência Cidadã, envolvendo os cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Em grande parte, o acompanhamento realizado por meio da Escuta Social Digital possui uma relação direta com tecnologia, voltados à prospecção, aplicação, validação e repasse de tecnologias, objeto da atuação do Instituto como aponta o Regimento Interno do Ibict, de 24 de maio de 2023:

Art. 26. À Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática compete:

III - coordenar pesquisas orientadas à gestão da informação científica e tecnológica por meio de ativos computacionais e informacionais;

IV - coordenar pesquisas, no âmbito de competência do Instituto, tais como ciência de dados, tecnologias disruptivas, interoperabilidade de redes, apropriação de tecnologias, integração de sistemas, mecanismos de preservação da memória, dentre outras;

V - coordenar a implementação de projetos e construção de sistemas de informação, banco de dados e outros recursos computacionais produzidos, no âmbito do Instituto;

Art. 28. À Coordenação de Tecnologias para Informação compete:

III - produzir documentação técnica e científica sobre tecnologias para atendimento às necessidades informacionais do Instituto e de instituições parceiras;

IV - conduzir projetos de pesquisa em colaboração com outras coordenações, no âmbito de sua competência;

VI - propor, desenvolver e coordenar programas, projetos, atividades e serviços no âmbito de sua competência.

IX - apoiar a difusão e circulação de conhecimento em inovação

Em contextos cujo problema a ser solucionado ou a hipótese a ser testada não demonstra possibilidades de solução por meio de caminhos já existentes, a investigação científica se destaca como uma frutífera alternativa para encontrar respostas inovadoras. A partir da pesquisa, fatos, conexões e respostas, ora inéditos, são materializados como possibilidades e resultados aplicados e com potencial de transformação social. A adoção da pesquisa como caminho validado para superar desafios dialoga com a missão do Ibict, que prevê o desenvolvimento e a promoção de infraestruturas informacionais que corroborem com o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, bem como com o problema a ser investigado pelo presente projeto.

6. Proposta Metodológica

A Escuta Social pode ser conceituada como o processo de acompanhamento de termos, produtos e conceitos associados a um tema em vários canais de comunicação como sites, mídia social, blogs, fóruns de notícias e outras fontes. Nessa pesquisa, a Escuta Social será utilizada como estratégia no processo de coleta de dados sobre políticas públicas orientando e aprimorando a tomada de decisão pública relacionada à população e ao público-alvo a que são destinadas essas políticas.

Para execução do projeto proposto, está prevista a realização de uma pesquisa mista, com aspectos quali e quantitativos. Ela também se caracteriza como uma pesquisa exploratória com caráter aplicado. Assim, propõe-se os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Identificação das fontes ou canais que refletem a percepção do público sobre a temática de vulnerabilidade social;
2. Proposição, contratação e elaboração de instrumentos de pesquisa para coleta de dados;
3. Sistematização e análise dos dados coletados em dashboards interativos;
4. Verificação de hipóteses por meio do cruzamento dos dados coletados;
5. Elaboração de produtos de acompanhamento de fatos relevantes que respeitem a sensibilidade temporal da resposta necessária e,
6. Proposição de infraestrutura informacional para apresentação e disseminação dos resultados da pesquisa.

7. Escopo

7.1 METAS - Cronograma

Metas	Primeiro ano		Segundo ano		Terceiro ano	
	1º sem. (11/23 a 05/24)	2º sem. (06/24 a 11/24)	1º sem. (12/24 a 05/25)	2º sem. (06/25 a 11/25)	1º sem. (12/25 a 05/26)	2º sem. (06/26 a 11/26)
1 Estabelecer o arcabouço teórico e metodológico do projeto Objetivo específico relacionado: i						
2 Coletar e analisar conjuntos de dados e informações Objetivos específicos relacionados: ii e iii						
3 Estabelecer a infraestrutura computacional e informacional do projeto Objetivos específicos relacionados: iv						
4 Provar as metodologias propostas Objetivos específicos relacionados: v, vi, vii, viii						
5 Disseminação dos avanços obtidos Objetivos específicos relacionados: ix e x						

7.2 - INDICADORES

Indicadores de resultados
META 1: Estabelecer o arcabouço teórico e metodológico do projeto (i) - 11/2023 a 11/2025
<i>Etapa 1.1 Elaborar o estado da arte sobre o processo de utilização e funcionamento</i>
Indicadores 1.1: Relatório explicativo contendo levantamento teórico-metodológico Relatório contendo a definição e análise de plataformas digitais Documento apresentando o conjunto de indicadores de transparência e excelência
<i>Etapa 1.2 Gerar modelo de avaliação e transparência obtidos a partir da análise das plataformas digitais</i>
Indicadores 1.2: Documento com descrição e estrutura do modelo Arquivo incluindo representações gráfica do modelo
META 2: Coletar e analisar conjuntos de dados e informações (ii e iii) - 11/2023 a 06/2026
<i>Etapa 2.1 Coletar os dados provenientes das plataformas digitais</i>
Indicadores 2.1: Relatório descrevendo o conjunto de dados estruturados Painel de indicadores
<i>Etapa 2.2 Tratar e sistematizar os dados para alimentação do repositório</i>
Indicador 2.2 Documento contendo a metodologia de estruturação dos dados
META 3: Estabelecer a infraestrutura computacional e informacional do projeto (iv) - 06/2024 a 11/26
<i>Etapa 3.1 Criar um repositório da desinformação</i>
Indicador 3.1: Repositório de combate à desinformação quanto aos direitos difusos
<i>Etapa 3.2 Elaborar uma arquitetura computacional para armazenamento dos dados</i>
Indicador 3.2: Relatório descrevendo o mapeamento da arquitetura computacional

<i>Etapa 3.3 Produzir uma arquitetura informacional para processamento dos dados</i>
Indicador 3.3: Relatório explicitando a arquitetura da informação da plataforma
META 4: Provar as metodologias propostas (v, vi, vii e viii) - 12/24 a 05/26
<i>Etapa 4.1 Estabelecer uma rede de colaboração</i>
Indicador 4.1: Relatório contendo o mapeamento de atores da rede Lançamento de rede de colaboração
<i>Etapa 4.2 Produzir documentos contendo os resultados dos estudos realizados</i>
Indicadores 4.2: Relatório contendo os resultados
META 5: Disseminação dos avanços obtidos (ix e x) - 11/23 a 11/26
<i>Etapa 5.1 Compor um manual de melhores práticas</i>
Indicador 5.1: Manual elaborado
<i>Etapa 5.2 Efetuar eventos de divulgação da pesquisa</i>
Indicadores 5.2: Seminário de compartilhamento de resultados parciais Workshop de compartilhamento de resultados finais
<i>Etapa 5.3 Difundir publicações técnico-científica</i>
Indicadores 5.3: Produção de artigo a partir do processamento de dados Composição de um guia da plataforma

7.3 AÇÕES DE EDUCAÇÃO

O projeto prevê, na etapa 5.5, a capacitação e disseminação do conhecimento, respectivamente. Desse modo, são entendidas como ações de educação a realização de capacitações e eventos de transferência do conhecimento construído durante a pesquisa com o envolvimento dos ministérios, gestores públicos e stakeholders e representantes dos grupos vulneráveis considerados pelo projeto de pesquisa. São propostas, inicialmente, as seguintes ações de educação:

AÇÃO DE EDUCAÇÃO 1	SEMINÁRIO DE COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS PARCIAIS
Carga horária	4 a 6h
Público-alvo	Ministérios, gestores públicos, pesquisadores de temáticas correlatas ao projeto, <i>stakeholders</i> e representantes dos grupos vulneráveis considerados pela pesquisa.
Objetivo	Apresentação do andamento da pesquisa e sistematização dos resultados parciais obtidos até 24 meses de investigação. O evento abordará as principais temáticas e frentes de atuação do projeto e contará com a participação dos pesquisadores envolvidos e os representantes das instituições coordenadoras do estudo.
Conteúdo	A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto
Modalidade	Presencial e/ou online
AÇÃO DE EDUCAÇÃO II	WEBCAST (YOUTUBE)
Carga horária	10h
Público-alvo	Sociedade civil e grupos de vulneráveis
Objetivo	Criação de módulos de aulas e/ou palestras divulgadas de forma periódica em plataforma digital criada para o projeto com o foco nas temáticas correlatas aos tópicos da Escuta Social Digital, combate à desinformação e promoção aos Direitos difusos.
Conteúdo	A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto
Modalidade	Online
AÇÃO DE EDUCAÇÃO III	WORKSHOP DE COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS FINAIS
Carga horária	4 a 6h

Público-alvo	Ministérios, gestores públicos, pesquisadores de temáticas correlatas ao projeto, <i>stakeholders</i> e representantes dos grupos vulneráveis considerados pela pesquisa.
Objetivo	Apresentação dos resultados da pesquisa obtidos em 36 meses de investigação. O evento abordará as principais metas, etapas e resultados alcançados pelo projeto e contará com a participação dos pesquisadores envolvidos e os representantes das instituições coordenadoras do estudo.
Conteúdo	A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto
Modalidade	Presencial e/ou online
AÇÃO DE EDUCAÇÃO IV	LANÇAMENTO DE REDE DE COLABORAÇÃO
Carga horária	4h a 6h
Público-alvo	Ministérios, gestores públicos, pesquisadores de temáticas correlatas ao projeto, <i>stakeholders</i> e representantes dos grupos vulneráveis considerados pela pesquisa.
Objetivo	Evento de lançamento da rede de colaboração.
Conteúdo	A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto
Modalidade	Presencial e/ou online
AÇÃO DE EDUCAÇÃO V	SEMINÁRIO NACIONAL DE ESCUTA SOCIAL DIGITAL
Carga horária	4h a 6h
Público-alvo	Órgãos públicos e sociedade civil
Objetivo	Construção de uma rede nacional de Escuta Social Digital. Tal rede funcionará como espaço permanente de intercâmbio entre a sociedade civil e os entes governamentais e promoverá medidas de enfrentamento à desinformação.
Conteúdo	A programação do evento será proposta durante o andamento do projeto
Modalidade	Presencial e/ou online

8. Resultados Esperados

O aprimoramento da coleta e análise de dados de redes sociais desempenha um papel crucial no fortalecimento da capacidade do poder público em garantir os direitos de grupos vulneráveis e implementar políticas públicas mais eficientes. As redes sociais se tornaram uma grande fonte de informações, oferecendo espaço para vozes e percepções dos grupos em situação de vulnerabilidade, mas também são espaço para disputa de influência política em diversos setores da sociedade, de modo a gerar tensões e disseminação de desinformação.

A coleta mais eficaz de dados de redes sociais permite que o poder público tenha acesso direto às opiniões, preocupações e necessidades dos grupos vulneráveis. As plataformas de mídia social são espaços onde esses grupos frequentemente se expressam de maneira genuína e autêntica. Através da análise desses dados, é possível obter informações e percepções, permitindo uma compreensão mais precisa das realidades e desafios enfrentados por esses grupos.

A análise avançada dos dados de redes sociais possibilita a identificação de tendências e padrões que podem não ser evidentes por meio de métodos tradicionais de pesquisa. Isso significa que o poder público pode agir sobre problemas emergentes, avaliar a eficácia de políticas existentes e tomar medidas proativas para atender às necessidades em constante evolução dos grupos vulneráveis.

A possibilidade de engajamento mais direto e participativo com os grupos vulneráveis por meio das redes sociais. A comunicação facilitada pelas plataformas online permite que o poder público não apenas compartilhe informações, mas também ouça ativamente as vozes daqueles que são mais afetados pelas políticas. Isso possibilita a criação de políticas que atendam às necessidades reais da população.

A análise de redes sociais pode identificar influenciadores e líderes de opinião. Isso permite uma estratégia de comunicação mais eficaz, onde essas figuras podem atuar como pontes entre o poder público e a comunidade, ajudando a disseminar informações importantes e construir confiança em comunicações de informações oficiais. A melhora na coleta e análise de dados de redes sociais oferece ao poder público uma oportunidade valiosa para se conectar de maneira mais significativa com grupos vulneráveis. Isso não apenas garante a proteção de seus direitos e a exposição contra a desinformação, mas também informa o desenvolvimento e implementação de políticas públicas mais eficientes e impactantes.

Em resumo, o projeto contribuirá para obter resultados marcantes para o País, dentre eles:

- Ampliação do acesso aos direitos difusos;
- Proposição e aplicação de metodologias e tecnologias de análise de dados e tecnologias para aumento da autonomia estatal na compreensão dos fluxos informacionais digitais;
- Melhoria da qualidade dos espaços de participação social; e
- Fortalecimento da democracia.

9. Plano de aplicação consolidado – Previsão orçamentária*

Os recursos financeiros são aproximados e podem ser atualizados a partir de reuniões a serem desenvolvidas com a equipe técnica:

Rubricas	Soma de Custo Total (R\$)
Bolsa de pesquisa	12.490.150,00
CLT	3.810.640,00
CO	4.114.990,12
Custo Indireto	4.103.990,22
Diárias	116.000,00
Equipamentos	11.425.676,33
Licença de Software	98.230,00
Material Permanente	76.623,33
Passagens	324.000,00
STPF	137.000,00
STPJ	5.302.700,00
Total Geral	42.000.000,00

*Tanto o plano de trabalho quanto o detalhamento orçamentário (plano de aplicação), para fins de transparência no processo, serão sempre revisados e atualizados, se necessário, durante a realização das diversas metas do projeto, a fim de incorporar informações adicionais coletadas no decorrer dos trabalhos, priorizar ações em decorrência de outras e para representar eventuais mudanças que possam surgir.

Os custos operacionais iniciais referem-se à contratação da Fundação de Apoio para gestão financeira, conforme previsto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, e na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e suas atualizações.

Os valores de bolsa baseiam-se nas portarias Ibict nº 061/2014 e nº 021/2017, e suas atualizações, que dispõem sobre a contratação de bolsistas.

Diárias e passagens são previsões para a participação em eventos técnicos-científicos da área, com a finalidade de apresentação dos resultados do projeto, primordiais na fase de disseminação dos modelos desenvolvidos.

O documento apresenta a memória para cálculo do quantitativo de pesquisadores necessários à execução da pesquisa em relação ao tempo. A metodologia utilizada para definição do quantitativo e do perfil dos pesquisadores contemplou a definição de um modelo baseado em pesquisador padrão capaz de acompanhar toda a meta e atribuição de pesquisadores com diferentes perfis, conforme as atividades simultâneas previstas para cada meta. O quantitativo de pesquisadores e perfis também foi avaliado a partir da necessidade de se atuar de forma paralela para cumprimento dos objetivos do projeto. Por fim, o prazo de entrega das metas ainda foi utilizado como parâmetro para alocação de pesquisadores por períodos específicos. A definição de STPJ ou STPF foi estabelecida para atividades previstas que não condizem com a execução de pesquisa, a exemplo da prestação de serviços de TI.

10. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS – Previsão Orçamentária (memória de cálculo) (ANEXO)

Brasília, 07 de novembro de 2023

Tiago Braga
Coordenador do Projeto
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia